

Jornal Negócios 07-02-2005	Periodicidade:	Diário	Temática:	Educação
	Classe:	Economia/Negócios	Dimensão:	395 cm²
	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/PB
	Tiragem:	30000	Página (s):	31

II PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA Empréstimos são a novidade

“Aproximar a oferta dos cursos às necessidades do país”

O sistema de empréstimo ao estudante, inspirado no que já sucede “nos países desenvolvidos”, é a principal aposta do programa do PSD, que não revela a posição sobre temas polémicos.

PEDRO RIOS pedrorios@mediafin.pt

CARLOS COELHO, porta-voz do PSD para o superior, explica o sistema de empréstimo aos estudantes mas escusa-se a revelar as propostas relativamente ao ECDU, Autonomia e Universidade de Viseu.

Quais são as linhas principais do PSD para o superior?

Propomos o desenvolvimento de sinergias entre os estabelecimentos de ensino superior universitário e politécnico em articulação com o mundo empresarial em projectos de investigação que se possam traduzir num aumento do esfor-

ço em I&D. Nesta ideia de aproximar a oferta dos cursos de ensino superior às necessidades do país, há algumas orientações claras: um aumento das oportunidades de formação nas áreas que consideramos prioritárias - a saúde, as ciências e tecnologias e as artes; o desenvolvimento da oferta de formação pós-secundária.

Como vai funcionar o sistema de empréstimo aos estudantes?

Gostaríamos de introduzir alguma inovação: generalizar, com carácter optativo, a possi-

bilidade de fazer o que já sucede na maioria dos países desenvolvidos que é o empréstimo de educação, isto é, garantir que o estudante possa socorrer-se de um mecanismo de financiamento do sector financeiro, segurado pelo Estado, e que será pago após a entrada no mercado de trabalho.

O valor a ser pago será equivalente ao das propinas actuais?

Não. É por isso que é facultativo. Permitiria aproximar o valor a ser pago do custo real de ensino. São modelos de pagamento diferentes, não obrigatórios e que, portanto, se

podem aproximar mais do valor real do que o actual.

Como é que o PSD conseguirá aumentar para 2% do PIB o orçamento em I&D, no contexto da actual crise orçamental?

Reorientando as despesas, aumentando a componente privada do investimento e a participação em programas de natureza transnacional. Pretendemos duplicar a participação portuguesa nos programas europeus e ter 50.000 empregos em I&D, em 2010. Até 2008, queremos duplicar o investimento em capital de risco.



Jornal Negócios 07-02-2005	Periodicidade:	Diário	Temática:	Educação
	Classe:	Economia/Negócios	Dimensão:	395 cm²
	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/PB
	Tiragem:	30000	Página (s):	31

■ **Propomos o desenvolvimento de sinergias entre universidades, politécnicos e mundo empresarial**

■ **Pretendemos duplicar a participação nos programas europeus e ter 50.000 empregos em I&D, em 2010**

■ **[Propomos] que o estudante possa socorrer-se de financiamento do sector financeiro**



PSD não abre o jogo em vários temas centrais

O programa eleitoral do PSD é omissivo relativamente a questões como as alterações à Lei de Autonomia, ao estatuto da carreira docente universitária (ECDU) e ao modelo de criação da Universidade de Viseu. “Não está nada referido no programa [sobre a Lei de Autonomia]. Sobre a gestão das escolas, a única referência é para as escolas do ensino não superior”, diz Carlos Coelho. Fica a dúvida se o PSD seguirá a linha de Pedro Lynce,

com cargos uninominais e redução da participação dos estudantes nos órgãos de gestão, ou do última equipa do Ministério do Superior, que procurou uma maioria alargada com o PS, cedendo nos pontos dos órgãos colegiais e na electividade de reitores e presidentes. Também a revisão do ECDU, inevitável para a implementação de Bolonha, e a criação de novas instituições não são referidas no programa e não são desenvolvidos pelo porta-voz: “Só posso referir aspectos que estão no nosso programa”, respondeu várias vezes Carlos Coelho, que também não confirmou que a omissão desta matéria signifique a continuação das políticas que vinham a ser seguidas pela coligação PSD/PP.